

Desigualdades sociais e espaciais no Brasil¹

Pedro de Almeida Vasconcelos

Os autores nacionais e estrangeiros sempre tentaram descrever este imenso país, seja sob uma perspectiva dualista, quando evocavam os "dois Brasis": Norte "tradicional" ou "mestiço", Sul "industrializado" ou "branco"; litoral "moderno", interior "arcaico" etc., seja como ilhas de riqueza cercadas de pobreza: "Belíndia": a Bélgica envolvida pela Índia.

De fato, este "gigante adormecido" durante muito tempo ou "país do futuro" sempre foi dificilmente compreendido: sua história, sua geografia, sua economia, sua sociedade e sua política não facilitam uma classificação muito nítida. Ao contrário dos países hispano-americanos, ele não foi dividido em vários pequenos estados. Após uma independência quase sem luta, o filho do rei da antiga metrópole foi consagrado imperador no meio das repúblicas americanas. Como país independente conservou a estrutura escravagista mais tardia na América. Economia colonial, com uma "vocalização agrícola" baseada na produção e exportação do café, vai transformar-se no século XX num país predominantemente industrial¹, onde 41% dos produtos exportados são bens manufaturados (e importador de 49% de matérias-primas). A sociedade sofisticada, urbanizada em 73% (1985), fabrica microcomputadores e blindados, mas conserva bolsões de pobreza absoluta e segmentos de população completamente excluídos.

Ao contrário dos países de forte população ameríndia ou europeia latino-americanos, o Brasil criou, a partir de uma grande mestiçagem, da dominância da língua portuguesa, de uma formação católica (mas incorporando elementos africanos e indígenas) e de um certo isolamento, uma cultura original bastante homogênea. Mas ao nível das questões econômico-sociais ele se parece muito a seus vizinhos: dívida externa, inflação, crises.

Esses clichês não são suficientes para classificar o Brasil, nem para mostrar a complexidade e a variação da situação nacional, tanto social como espacialmente.

Análise comparativa

Nosso objetivo é o de tentar melhor compreender este país, a partir da comparação dos dados brasileiros com os de outros países. Nós consideramos os indicadores ligados ao tamanho ("potência") em primeiro lugar. Em seguida, nós discutiremos os indicadores socioeconômicos relativos à população ("Terceiro Mundo") e, finalmente, nós examinaremos as diferenças espaciais graças a uma utilização original da apresentação cartográfica comparativa: os indicadores dos Estados brasileiros serão confrontados aos mesmos indicadores de países em situação equivalente.

Indicadores absolutos

Os indicadores ligados ao tamanho, fornecidos pelo Banco Mundial (1988), mostram um país importante, dotado de uma economia que é a mais sólida do Terceiro Mundo

¹ Publicado na revista **Espaço & Debates**, Revista de Estudos Regionais e Urbanos (São Paulo), Ano X, 1990, Nº 31, p. 82-93.

capitalista: 6ª população (138 milhões de habitantes em 1986), 5ª superfície, com importantes recursos naturais, e 9º Produto Nacional Bruto do mundo em 1986 (excluindo a URSS), de 250 bilhões de dólares.

O Produto Interno Bruto brasileiro equivale ao total de todos os outros países da América do Sul reunidos e ultrapassa o do conjunto dos países africanos ao sul do Saara, incluindo a África do Sul.²

A economia é atualmente dependente da produção industrial: o Brasil em 1986 ocupava o 9º lugar (excluindo a URSS) em valor adicionado na produção manufatureira - 58 bilhões de dólares -, valor superior ao de países como a Espanha (45), México (43), Índia (36), Austrália (31) e mais do dobro da Coreia do Sul (24).

A agricultura é também importante: o Brasil é o 7º produtor agrícola mundial em 1986 (excluindo a URSS), com 22 bilhões de dólares, ultrapassando todos os países latino-americanos.³

Como a economia é voltada principalmente para o mercado interno, o comércio internacional é menos importante: 22º exportador mundial em 1986 (22 bilhões de dólares, dos quais 9 bilhões em manufaturados) e 27º importador (15 bilhões no mesmo ano) o que permitiu alcançar o 5º superavit comercial em 1986.

Esse superavit está ligado à atual política de pagamento dos serviços da dívida monumental: 110 bilhões de dólares em 1986, a maior dos países do Terceiro Mundo.

A inflação, também muito elevada, no período 1980-1986 foi a 4ª do mundo e hoje ela ultrapassa de longe todos os vizinhos, salve a Argentina (mais de 900% em 1988).

Indicadores relativos

Os mesmos indicadores econômicos ligados ao tamanho e que colocam o Brasil na primeira posição na América Latina, quando são divididos pela população, nos mostram uma outra face do Brasil: a de um país rico, mas com uma grande parte da população pobre.

O PNB *per capita* o classifica no 43º lugar no mundo⁴, inferior ao de países como o Gabão, Argélia, Coreia do Sul e Portugal, e 7º da América Latina, atrás de Trinidad e Tobago, Venezuela, Argentina, Panamá, Uruguai e México.

O consumo de energia *per capita* é o 54º do mundo e o 7º da América Latina, após Trinidad, Venezuela, Argentina, México, Cuba e Jamaica.

A população em idade de trabalho (15-64 anos) em 1985 era a 44ª, e a 7ª da América Latina, após países como Cuba, Uruguai e Chile, que têm populações menos jovens.

A percentagem da população trabalhando na indústria, de 27% em 1980, era a 45ª do mundo e a 7ª da América Latina, bem longe de Trinidad (39%) e da Argentina (34%).

O contingente dos trabalhadores agrícolas é ainda bastante elevado: 31%, ou seja, o 43º lugar no mundo e também o 7º na América Latina, inferior também a Trinidad (10%) e Argentina (13%).

A distribuição da renda é o indicador mais expressivo: entre os 46 países sobre os quais o Banco Mundial dispõe de dados, o Brasil tem a distribuição mais regressiva: os 10% mais ricos controlam 50,6% da renda; e os 20% mais pobres ficam com apenas 2% da renda em 1972.

Os indicadores sociais, em consequência da divisão da renda, não são tão brilhantes para o Brasil.

A esperança de vida cai para o 54º lugar no mundo, com 65 anos (em 1986) e o 14º na América Latina, atrás de países como Cuba (75), Uruguai (71), Argentina (70), mas também de países de rendimentos médios como o Paraguai (67) e a República Dominicana (66).

A taxa de mortalidade infantil, de 68%, o coloca em 62º lugar, a partir da taxa menos elevada, e 16º da América Latina, muito longe de Cuba (16%) e Costa Rica (19%), mas também do Paraguai (44%), da Colômbia (48%) e El Salvador (66%).

O número de habitantes por médico era 1.300, o 45º lugar mundial e o 7º na América Latina, inferior a países como o Uruguai (510) e Cuba (600).

O consumo diário de calorias *per capita* (2.657 em 1985) coloca o Brasil no 60º lugar mundial e 8º na América Latina, bem distante da Argentina (3.216), México (3.126) e Cuba (3.088).

A educação não é uma das prioridades reais do governo brasileiro: em 1986 apenas 3% das despesas governamentais foram consagradas a essa rubrica, colocando o Brasil em 64º lugar mundial e o último (13º) da América Latina! O que resulta numa taxa de analfabetismo importante: 22% em 1983, segundo o *État du Monde*.

A percentagem de estudantes inscritos nas escolas secundárias no grupo de 12-17 anos é de 35% em 1985 e alcança o 75º lugar mundial (!) e o 15º da América Latina, bem atrás de Cuba (85%) e Trinidad (76%), mas também de países como a Bolívia (37%) e Honduras (36%).

Os alunos inscritos em estudos superiores colocam o Brasil no 53º lugar e 13º na América Latina (11%), atrás de países como a Argentina (36%), Equador (33%), Uruguai (32%), El Salvador (14%) e Colômbia (13%).

Pode-se concluir com os dados demográficos a taxa de crescimento demográfico está em baixa, mas ainda importante: 2,2% entre 1980-1986, em 52º lugar internacional e o 9º na América Latina, atrás de Cuba (1,7%) e Uruguai (1,8%).

A taxa de fecundidade, de 3,5 crianças por mulher em idade de procriar, é a 48º menos elevada e a 10ª na América Latina, bastante superior ao Uruguai (0,4) e Cuba (0,9).

Os indicadores relativos estão, portanto, bastante longe das classificações absolutas do Brasil “potencia”.

Indicadores espaciais

Os indicadores relativos mostraram que a situação social não corresponde à potência econômica. O exame das diferenciações regionais vem complicar mais ainda o quadro.

Inspiramo-nos no método utilizado por Bunge (1974), que faz a comparação entre os indicadores na cidade de Detroit e os de diferentes países.

Não conhecemos nenhuma análise que compare subdivisões (Estados) aos Estados nacionais.

A disponibilidade de dados no nível dos Estado brasileiros restringe a análise a um número limitado de indicadores e a dados menos recentes:

Renda por habitante⁵

O Mapa 1 corresponde ao que se espera no nível interno, porque São Paulo é o centro da economia nacional, e apesar da chegada maciça de migrantes, mantém o mais alto PIB por habitante em 1980, ou seja, 3.591 dólares, seguido pelo Distrito Federal (Brasília). Mas, quando se compara aos rendimentos de outros países⁶, para o mesmo ano, vê-se que o potente Estado industrial brasileiro só alcança um rendimento médio um pouco inferior ao de um país europeu mediterrâneo, como a Grécia.

Os outros Estados que têm rendimentos superiores à média nacional (2.050 dólares) são Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina². Suas economias estão em perda de velocidade em relação à de São Paulo, mas eles ainda têm condições de vida bastante elevadas, sobretudo os dois Estados do Sul. Os três Estados têm rendimentos equivalentes a países latino-americanos de bom nível econômico e social: Uruguai, Chile e Costa Rica.

Um grande número de Estados tem rendimentos entre 1.000 e 1.999 dólares, e vão corresponder a países variados do Terceiro Mundo.

Finalmente, no Nordeste (sem o Estado da Bahia) e no Acre, os rendimentos são inferiores a 1.000 dólares, o que corresponde a países pobres da América Latina, como a Guatemala, mas também a países pobres africanos, como o Togo.

A esperança de vida

O Mapa 2 mostra uma espantosa organização espacial por faixas, e revela que no nível de indicadores sociais há uma distribuição diferente de rendimentos.

Apenas o Rio Grande do Sul tinha uma esperança de vida superior a 70 anos em 1980, que corresponde ao nível de Portugal, país dos menos desenvolvidos da Europa.

² No Mapa 1 o estado de Santa Catarina [Costa Rica] deveria ter a mesma tonalidade do vizinho Rio Grande do Sul [Chile].

Os Estados do Norte, Centro-Oeste, Sudeste³ e os outros do Sul têm esperanças de vida superiores a 60 anos e correspondem a países do Terceiro Mundo de nível elevado como o Chile, mas também a de baixos rendimentos, mas com boa distribuição de rendas, como o Sri Lanka e a China.

Uma terceira faixa corresponde aos Estados do Nordeste Ocidental e aos Estados da Bahia e Sergipe que têm esperanças de vida entre 50 e 59 anos, o que corresponde a países latino-americanos e africanos médios. É importante observar que os Estados de rendimentos mais baixos (Piauí e Maranhão) não apresentam as esperanças de vida mais baixas no Brasil.

A última faixa, o Nordeste Oriental, mostra uma situação bastante grave: Estados com esperanças de vida muito baixas, de 44 a 48 anos, o que corresponde a países pobres africanos e que mostram uma diferença enorme, de 27 anos, entre a Paraíba (44 anos) e o Rio Grande do Sul (71 anos).

Se integrarmos esse mapa a um mapa equivalente no nível internacional (Mapa 3) vemos que Rio Grande do Sul tem uma taxa de esperança de vida equivalente à dos países vizinhos do Cone Sul⁴ e dos países capitalistas e socialista desenvolvidos; a faixa de 60/69 anos é semelhante à da maioria dos países sul-americanos, como o Paraguai, a Colômbia e a Venezuela, mostrando uma interessante continuidade espacial; a faixa de 50/59 anos corresponde países pobres da América Latina (Bolívia, América Central), aos países do Médio Oriente e Índia. Finalmente, o Nordeste Oriental com a zona com a esperança de vida mais baixa da América, inferior à do Haiti, e aproxima-se dos países pobres da Ásia e África.

Mortalidade infantil

O mapa 4 mostra uma organização espacial muito próxima daquela da esperança de vida. Mas esse importante indicador das condições sociais mostra uma correspondência com países ainda mais pobres.

A taxa mais baixa, a do Rio Grande do Sul corresponde a do país mais atrasado da Europa: a Albânia; a segunda faixa, de 51 a 80%, encontra equivalentes em países africanos, além dos latino-americanos e asiáticos; o mesmo se passa na faixa dos 81 a 110 %, onde temos também equivalência com países africanos; finalmente, a última faixa, a das taxas de mortalidade infantil mais elevadas, aproxima-se dos países mais pobres do mundo, como o Nepal, com (150%)⁵.

Fecundidade⁷

O Mapa 5 mostra uma nítida divisão norte/sul: os Estados do Norte têm taxas de fecundidade de mais de 5 crianças por mulher adulta (15-44 anos), o que corresponde à de países pobres do Terceiro Mundo e um de alta renda, mas forte natalidade, como a Líbia.

³ No Mapa 2 o estado do Rio de Janeiro [El Salvador] a esperança de vida correta é a de 63 anos, equivalente à de Minas Gerais [Colômbia]. Verificar os indicadores dos dois estados no Mapa 4.

⁴ No Mapa 3 o Rio Grande do Sul deveria ter a mesma tonalidade do Uruguai e da Argentina.

⁵ No mapa 4 o estado de Sergipe (Marrocos) deveria ter a mesma hachura do vizinho Alagoas (Etiópia).

Os Estados do Sul e do Centro encontram seus equivalentes nos países que exercem controle demográfico como a China, países europeus e países do Terceiro Mundo de rendas médias, salvo o Haiti.

Crescimento demográfico

O Mapa 6 mostra uma divisão leste/oeste: ela é o resultado do crescimento demográfico adicionado às migrações: são os Estados de “fronteira” que têm as taxas mais elevadas de crescimento demográfico, como Rondônia (16% entre 1970-80)⁶, que tem uma taxa próxima a dos Emirados Árabes Unidos, assim como Brasília.

São Paulo é o único Estado da parte oriental Brasil que tem um crescimento superior a 3% devido à importância das migrações para esse Estado industrial. Vemos também que Estados do Nordeste (Pernambuco e Paraíba)⁷ correspondem à países de emigrantes, como a Jamaica e Burkina, e os do Sul correspondem à países que realizam o controle da natalidade, como Cingapura.

População urbana

O Mapa 7 é o menos feliz nas correspondências entre os Estados e países. Falta também uma certa continuidade espacial. De fato, os Estados do Sul, em geral, são mais urbanizados, e são os que têm os rendimentos mais elevados. Os Estados mais pobres (Piauí e Maranhão) são também os que têm as taxas de urbanização menos elevadas.

A equivalência internacional não é muito satisfatória: enquanto o Reino Unido, o país mais urbano, corresponde ao Estado do Rio de Janeiro, Estado mais urbano do Brasil, Portugal é menos urbano que o Irã e a Argélia. Isto mostra que este indicador só não é bastante expressivo para os classificar no mesmo grupo.

Conclusões

Chegamos a resultados interessantes: o Brasil é ainda um país que tem um certo peso no nível internacional, apesar de suas dificuldades recentes, apresentando a mais importante economia dos países subdesenvolvidos capitalistas.

Mas essa potência econômica não tem correspondência a nível social: os frutos do desenvolvimento econômico foram muito mal repartidos, e na atual situação de crise, a população conserva um nível de vida muito baixo, quando comparado aos padrões de países de rendimentos equivalentes, mesmo na América Latina. Essa situação social não corresponde a uma ausência de riquezas, mas às prioridades governamentais cruzadas com uma estruturação social muito desigual, como se pode ver na análise da distribuição dos rendimentos e da educação (a classificação mais baixa: 75º lugar nos estudos secundários e a mais baixa percentagem de despesas em educação na América Latina).

A terceira análise, espacial, é a mais restrita do ponto de vista dos indicadores disponíveis, mas é a mais rica e a mais original, mostrando o poder da mensagem cartográfica, que

⁶ No Mapa 6 o estado do Rondônia [Emirados Árabes] a taxa de crescimento demográfico correta é a de 16%.

⁷ No mesmo Mapa 6 os estados de Alagoas [Camarões] e Sergipe [Angola] deveriam ter a mesma tonalidade da vizinha Bahia [Somália].

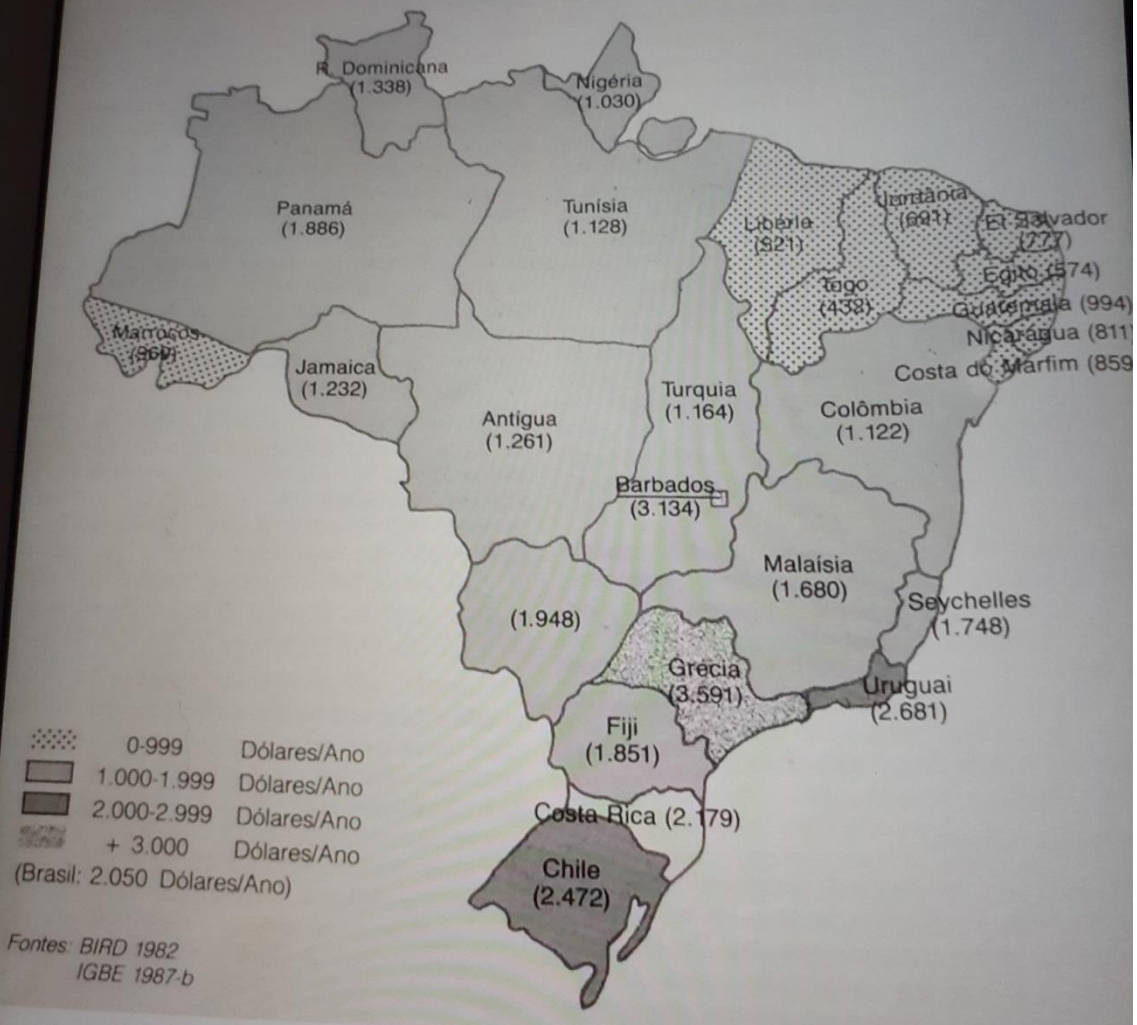
nos permite “ver” aspectos que os simples quadros estatísticos não nos mostram E o que se vê é bem grave. Mesmo se os dados não são muito recentes, não devem ter mudado muito numa situação de crise, ou mudado para pior.

A coexistência num mesmo país de indicadores de situações sociais equivalentes a países mais pobres do mundo, como os estados do Nordeste Oriental, que não podem ser comparados às frágeis economias do Sahel, sobretudo sua parte úmida e produtora de açúcar e álcool. Por outro lado, o Estado de São Paulo não é também a Bélgica⁸: os dados nos mostram uma economia importante, mas logo que dividimos os dados absolutos pela população, os resultados mais favoráveis correspondem apenas aos países europeus mediterrâneos.

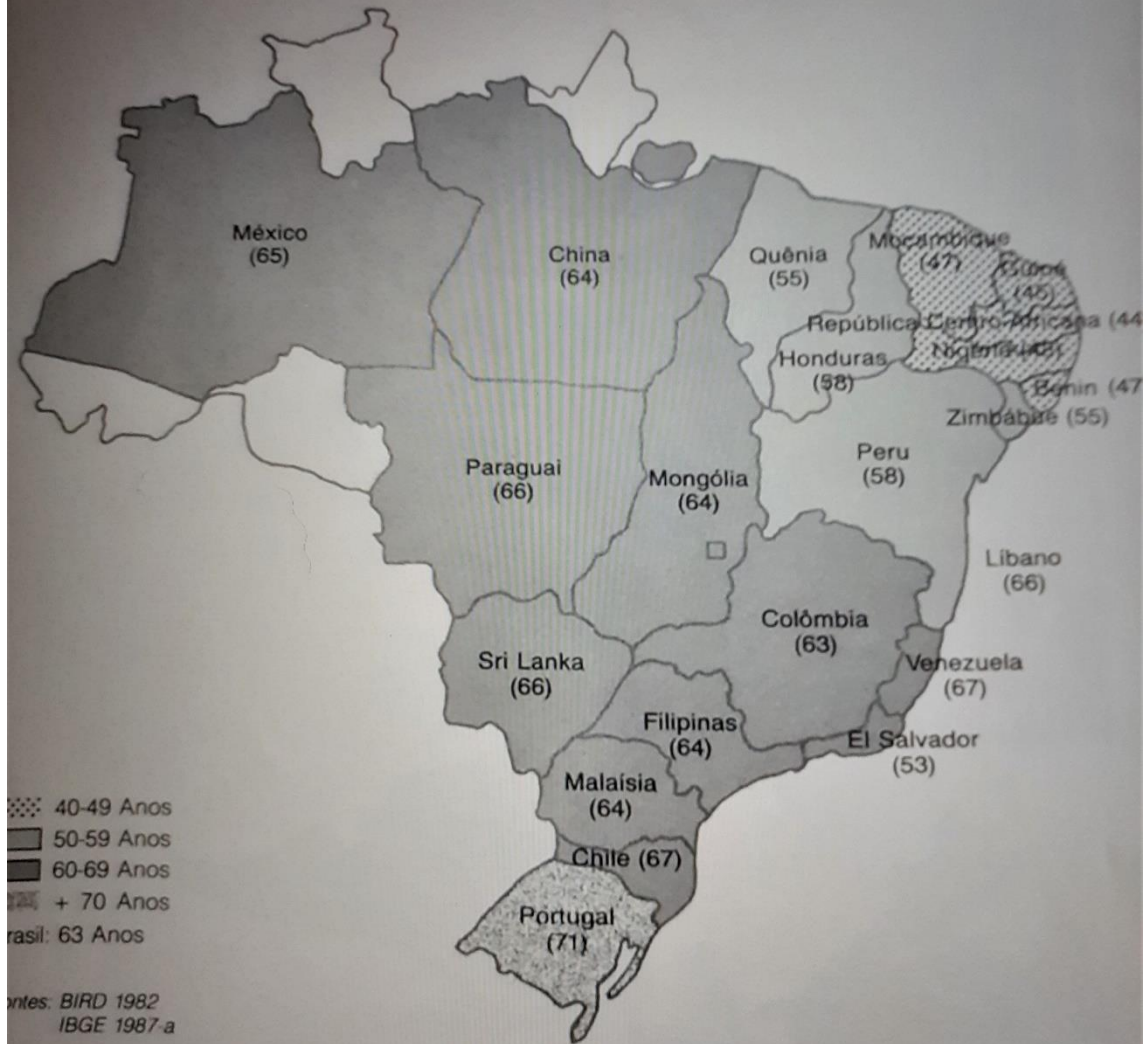
A "coexistência pacífica" desses contrastes será possível por quantos anos ainda?

Pedro de Almeida Vasconcelos é professor titular do Departamento de Geografia da UFB^a; Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

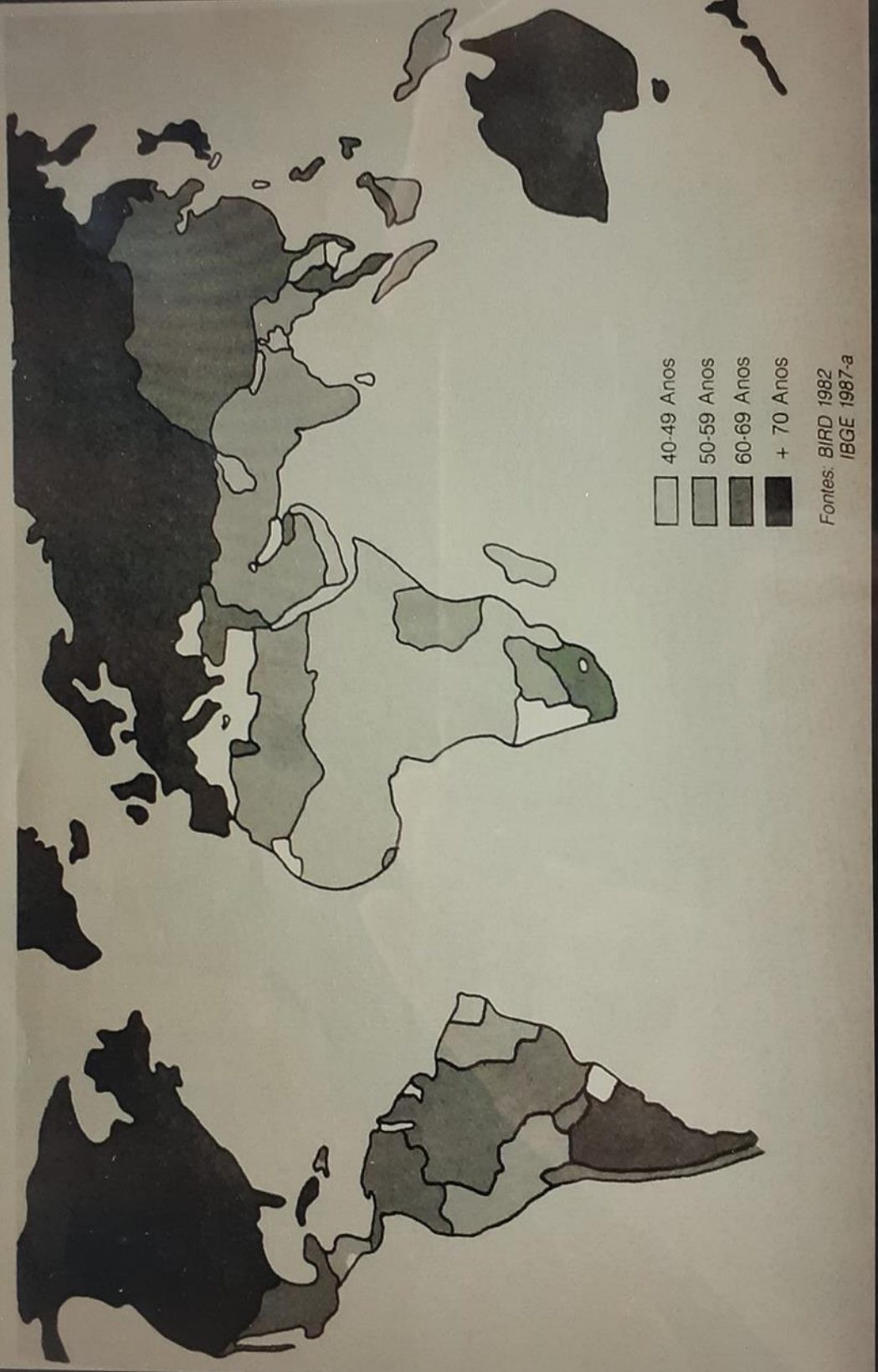
Mapa 1
Renda por Habitante (1980)
 Países: PNB/Habitantes
 Estados: PIB/Habitantes



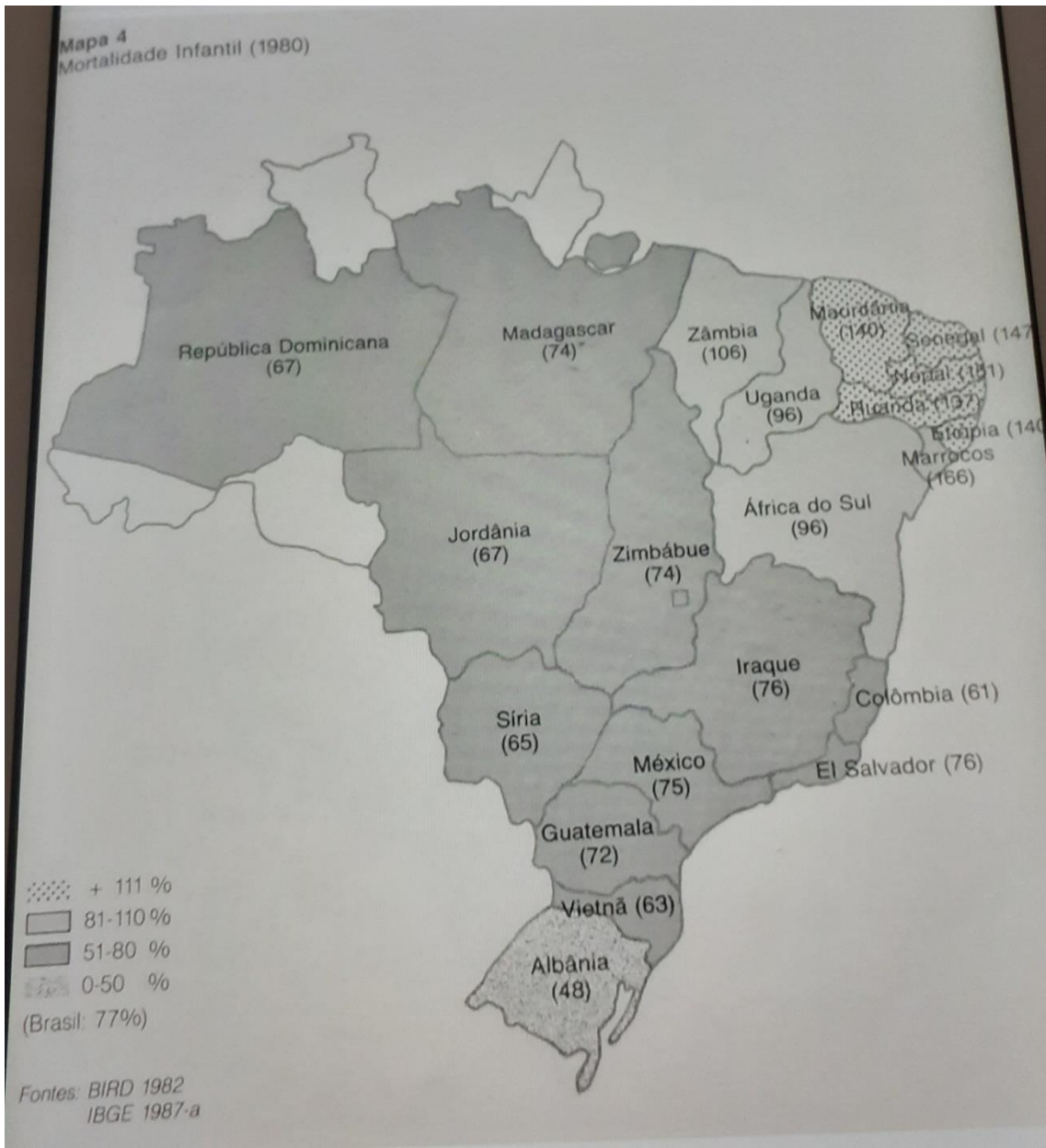
Mapa 2
Esperança de Vida (1980)



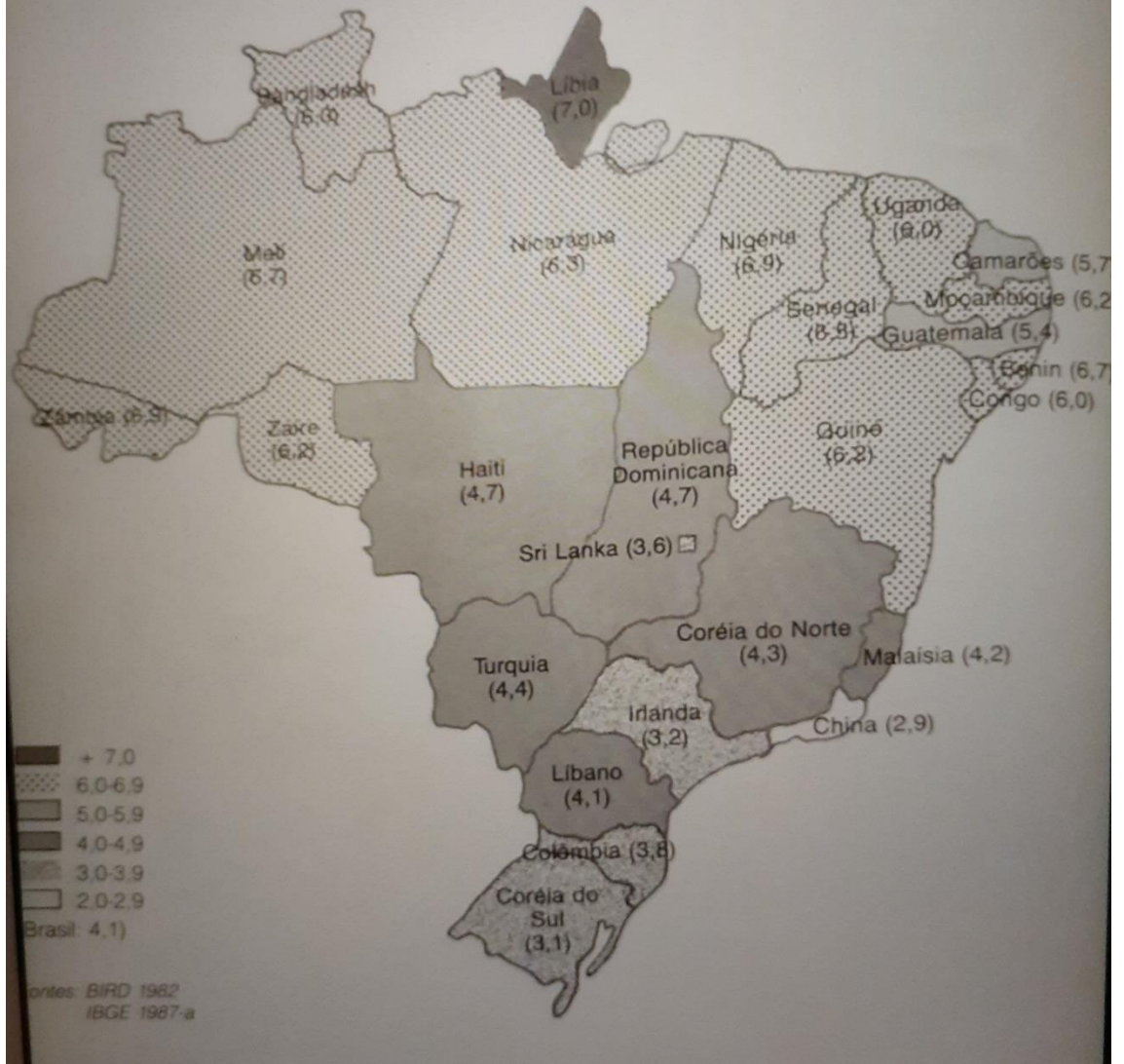
Mapa 3
Esperança de Vida no Mundo (1980)



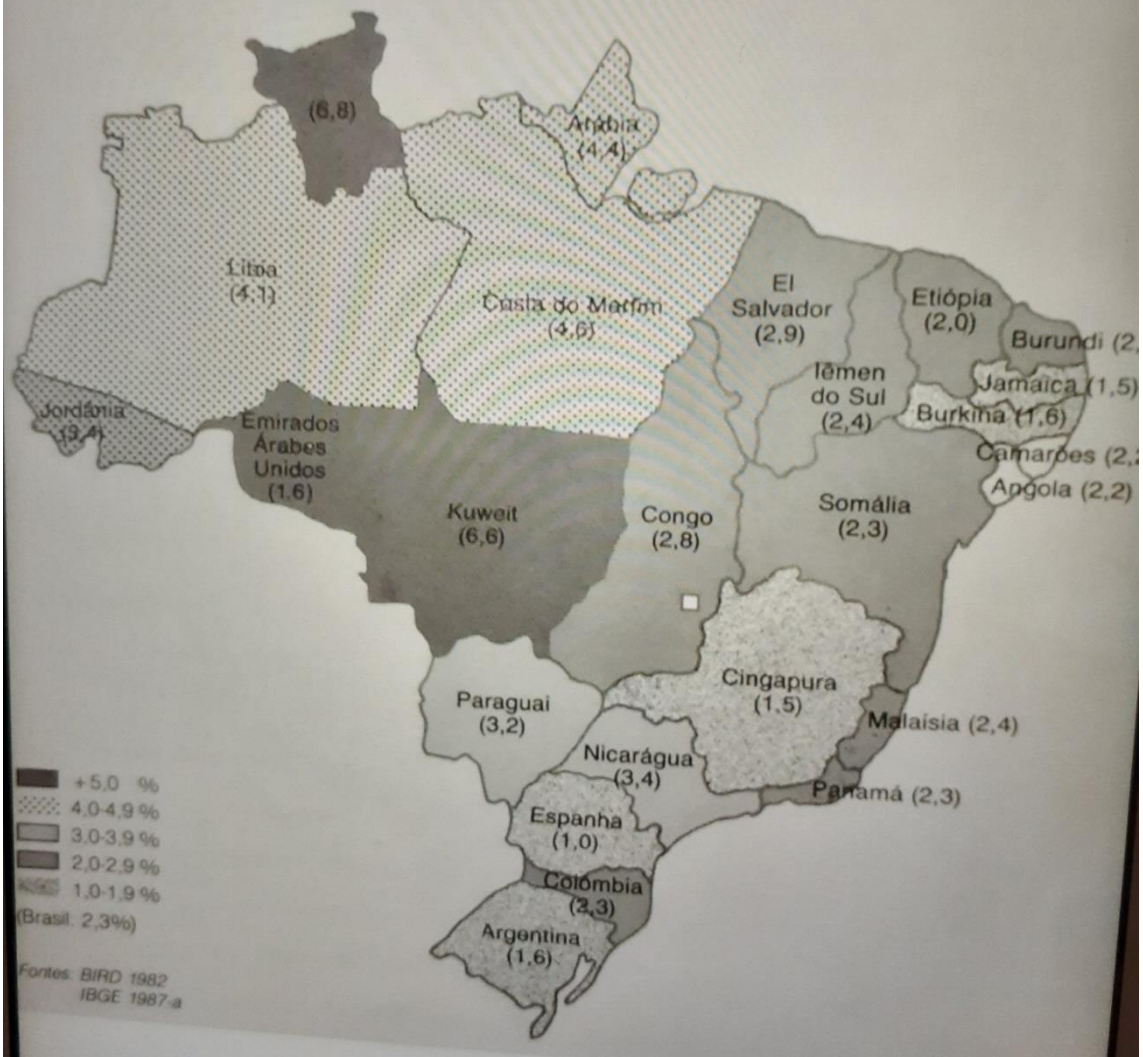
Mapa 4
Mortalidade Infantil (1980)



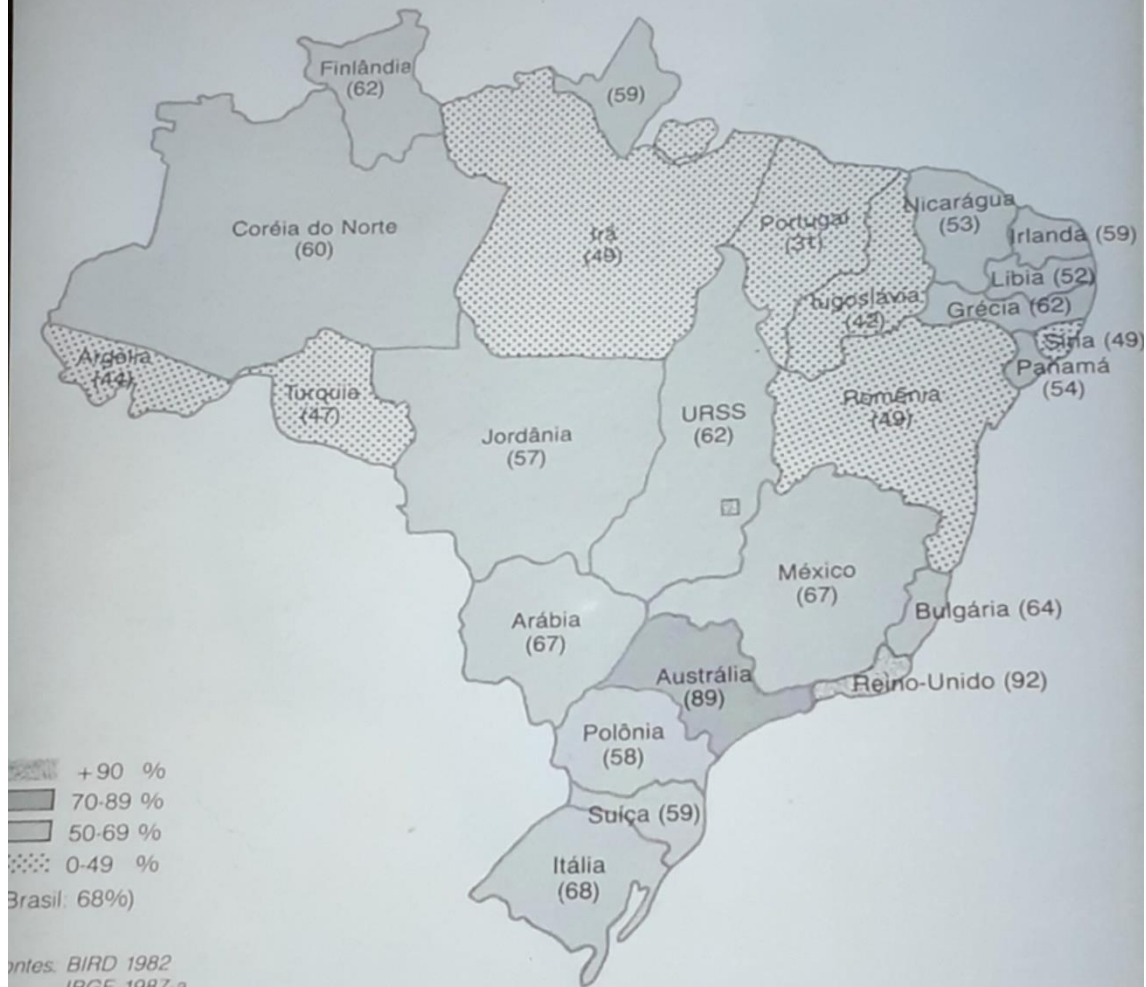
Mapa 5
Fecundidade (1980)



Mapa 6
Crescimento Demográfico (1980)



Mapa 7
População Urbana (1980)



Bibliografia

- BANCO MUNDIAL. *Rapport sur le développement dans le Monde 1982*. Washington, 1982.
- . *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1986*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- . *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1988*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- BUNGE, William. 'The Human Geography of Detroit'. In: ROBERGE, R. A. (ed.). *La Crise Urbaine: a Challenge to Geographers*. Ottawa, Eds. Univ. Ottawa, 1974, 49-69.
- L'ÉTAT DU MONDE 1987-1988. Paris, Eds. La Découverte, 1987.
- IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil 1550-1985*. Vol. 3, Rio de Janeiro, 1987. (a)
- . *Indicadores IBGE*. Vol. 6, n. 8, Agosto 1987. (b)
- . *Brasil: uma visão geográfica nos anos 80*. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.
-

Notas

¹ País de industrialização tardia. Segundo estudo realizado para a OCDE, pelo economista A. Maddison, o Brasil teve o maior crescimento econômico entre 1870 e 1987, após o Japão: 156 vezes (*Veja*, 2/11/1988, p. 42).

² Atualmente, além de um PNB de 325 bilhões de dólares (1988) estima-se uma produção “informal” de mais de 100 bilhões, o que colocaria o Brasil diante da China e do Canadá (*Veja*, 4/1/1989, p. 66).

³ Primeiro produtor mundial de café, de açúcar, de laranja, de banana, de mandioca e segundo de cacau, de soja e na pecuária bovina (*État du Monde*, 1987-1988).

⁴ Entre os 129 países examinados pelo BIRD em 1988.

⁵ O salário mínimo brasileiro é um dos mais baixos do mundo: 68 dólares por mês, inferior ao do Uruguai (79), da Colômbia (84) e mesmo da Índia (344) (*Veja*, 21/12/1988, p. 96).

⁶ PNB por habitante

⁷ A taxa brasileira vem caindo: 4,3 crianças em 1980, 3,5 em 1984 (*Veja*, 27/7/1988, p. 90).

⁸ De fato, se os 10% mais ricos controlam 50,6% do PNB em 1986, eles teriam um PNB *per capita* de 9.158 dólares, muito próximo do da Bélgica (9.230); mas os 20% mais pobres, com 2% do PNB, teriam uma renda de 181 dólares, mais próxima do Mali (180) que da Índia (290). Por outro lado, os mais ricos não estão separados espacialmente dos mais pobres.